

JOURNAL OF  
**DEMOCRACY**  
EM PORTUGUÊS

*Volume 6, Número 1, Maio de 2017*

**Os Sinais de Desconsolidação**

*Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk*

**Os Diferentes Adversários  
da Democracia Liberal**

*Takis S. Pappas*

**“Populismo de Tradição” e a  
Frente Nacional da França**

*Dominique Reynié*

**Transição na China?  
Mais Provável do que Você Imagina**

*Minxin Pei*

**Os Quatro Fundamentos da  
Competição Política no Brasil**

*Jairo Nicolau*

**PLATAFORMA  
DEMOCRÁTICA**  
FUNDAÇÃO FHC  
CENTRO EDELSTEIN



**CONSELHO EDITORIAL**

*Bernardo Sorj*

*Sergio Fausto*

*Diego Abente Brun*

*Mirian Kornblith*

**CONSELHO ASSESSOR**

*Fernando Henrique Cardoso*

*Larry Diamond*

*Marc F. Plattner*

*Simon Schwartzman*

**TRADUÇÃO**

*Fabio Storino*

**REVISÃO TÉCNICA**

*Isadora Carvalho*

## Apresentação

O artigo que abre este número, “Sinais de Desconsolidação”, ganhou fama antes mesmo de ser publicado, graças a uma matéria sobre ele feita pelo New York Times em 29 de novembro de 2016, com o título “How Stable are Democracies? Warning Signs are Flashing Red” (Quão Estáveis são as Democracias? Alertas Vermelhos estão Piscando, em tradução livre).

No artigo, Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk assinalam o aumento da preferência por “líderes fortes que não dependam do Congresso e do Judiciário” em vários países com democracias consolidadas. Baseiam-se em dados do World Values Survey e de outros levantamentos de opinião pública. A perda de apoio à democracia se verifica ao longo dos últimos anos e se dá principalmente entre os mais jovens, apontam os autores. Entre os chamados “millenials”, nascidos depois de 1980, a preferência pela democracia cai à metade, quando comparada com a dos nascidos antes da Segunda Guerra Mundial. Diante disso, os autores se perguntam se não poderia estar ocorrendo um processo de “desconsolidação” de democracias ali mesmo onde elas nasceram e se enraizaram, ou seja, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental.

Para Foa e Monk a perda de apoio à democracia na sociedade pode ser o início de um processo que desembocará na desconstrução das instituições democráticas. É o que teria acontecido, argumentam, em países como Venezuela, Polônia e Hungria, que nos anos recentes, em maior ou menor grau, fizeram o percurso inverso da consolidação democrática, retornando a situações parcial ou quase inteiramente autoritárias. Pesquisas de opinião mostram que a perda de apoio social à democracia nesses países antecedeu a ascensão de partidos e movimentos que, uma vez chegando ao poder pela via eleitoral, passaram a concentrar o poder no Executivo, manietar a independência do Legis-

lativo, controlar o Judiciário, a imprensa e a sociedade civil. Poderá o mesmo acontecer nos Estados Unidos e na Europa Ocidental? Esta é a questão crítica que o primeiro artigo deste número coloca.

O segundo artigo segue a mesma trilha e analisa os partidos e movimentos políticos ditos “populistas” em ascensão na Europa. O autor, Takis S. Pappas, argumenta ser possível, na verdade necessário, diferenciá-los de acordo com o tipo de ameaça que cada qual representa para os pilares do projeto europeu posterior à Segunda Guerra Mundial: democracia parlamentar e pluralismo político; integração europeia sem exclusão de religiões, raças e etnias; e expansão dos direitos humanos. Seriam três os tipos de adversários desse projeto.

Primeiro, os partidos e movimentos propriamente antidemocráticos, de extrema-direita, neonazistas, adeptos da violência física contra seus adversários, ou de extrema-esquerda, como alguns pequenos partidos do Leste Europeu, saudosos do período comunista. Segundo, os partidos e movimentos nativistas, cujos alvos centrais seriam a integração europeia, vista como inconciliável com a soberania nacional, e a imigração, percebida como incompatível com a conservação de tradições culturais preexistentes. Terceiro, os partidos populistas, sem aspas, que se distinguiriam dos nativistas por atacar frontalmente as elites e as instituições liberais e dos antidemocráticos por acreditar que o poder se legitima pelo voto da maioria. O propósito dessa taxonomia não é meramente acadêmico. Pappas sustenta que sua classificação contribui para melhor enfrentar os adversários do projeto europeu, tal como ele o define. Na sua visão, para cada doença, o seu remédio. Entre as “doenças”, a seu ver a mais perigosa seriam os movimentos e partidos populistas porque “têm uma característica contagiosa”, levando outros partidos e movimentos políticos a adotarem linguagens, estratégias e, uma vez no governo, políticas populistas.

O terceiro artigo é um estudo de caso sobre o mais relevante partido anti-europeu do velho continente, no qual o Professor da Sciences

Po, Dominique Reynié analisa a transformação do Front Nationale de ultradireita, partido abertamente antidemocrático e protofascista, de Jean-Marie Le Pen, no FN nativista-populista, de Marine Le Pen, filha do fundador. Reynié mostra que a transformação do partido passou pela incorporação de bandeiras da esquerda republicana francesa e do abandono das referências saudosistas à República de Vichy, governo-fantoches da França durante a ocupação nazista. Com Marine Le Pen à frente, a partir de 2011, o partido abraçou não apenas a defesa do Estado do Bem-Estar Social, contra a globalização, mas também o laicismo, contra a imigração de origem muçulmana. A adesão a essas bandeiras se deu, porém, em chave xenófoba (Estado do Bem-Estar só para os franceses) e antieuropeia, apelando à grandeza imemorial da França. Esse “populismo da tradição” teria aberto o caminho eleitoral para que a FN possa vir a ser um partido de governo na França. Ainda que seja improvável a eleição de Marine Le Pen à presidência (escrevemos esta apresentação logo após o primeiro turno das eleições francesas), não resta dúvida de que a FN rompeu as fronteiras de um partido extremista, redefiniu as linhas divisórias (programáticas e eleitorais) entre esquerda e direita e passou a ocupar um lugar central na cena política francesa.

Maxim Pei, cientista político nascido na China e radicado nos Estados Unidos, é o autor do quarto artigo deste número, intitulado, provocativamente, “Transição na China? Mais provável do que você imagina”. Já de início o autor reconhece o destino funesto de todas as previsões feitas nas últimas décadas a respeito do fim do controle absoluto do Partido Comunista sobre o sistema político chinês. Todas elas foram desmentidas. Por que seria diferente desta vez?

De olho no médio prazo, Pei se apoia em um dos clássicos contemporâneos da ciência política, Samuel Huntington, que escreveu livros fundamentais como *Political Order in Changing Societies* (Yale University Press, 1968) e *Democracy's Third Wave* (University of Oklahoma Press, 1992), este último sobre a onda democrática que pôs

fim a regimes autoritários nas décadas de 1970/80/90 no Sul e Leste da Europa, no Leste da Ásia e na América Latina.

Pei se vale de duas teses de Huntington para fazer previsões sobre o futuro do PCC: transições democráticas são mais frequentes quando os países atingem um nível intermediário de renda per capita (nos mais pobres, a democracia é infactível e nos mais ricos, consolidada); o fim de regimes autoritários é antecedido pelo seu declínio. A China de fato está hoje nessa “zona de transição”, rumo a se tornar um país de renda média alta. Onde estariam, porém, os sinais de declínio do regime chinês? Pei os vê, paradoxalmente, na extrema centralização do poder observada desde que Xi Jinping assumiu a presidência (e também nos cargos de comandante e chefe das Forças Armadas e Secretário Geral do partido). Desde Mao Tse Tung, um líder chinês não acumulava tanto poder.

Para o cientista político chinês, em lugar de solucionar o déficit de legitimidade do regime, até aqui suprimido por taxas médias de crescimento ao redor de 10% aa, já não mais possíveis, a concentração extrema de poder em Ji Xin Ping tende a criar uma crise de legitimidade. Por debaixo da aparente solidez, haveria fissuras no bloco de poder representado pelo PCC. A campanha anticorrupção conduzida pelo líder máximo levou à desgraça política, à prisão de muitos dirigentes comunistas e à redução de vantagens e privilégios dentro do partido. Além disso, a substituição de uma liderança colegiada pela liderança de um só homem exporia o processo decisório a mais instabilidade e ao risco de erros catastróficos.

Pei admite que a China está longe dos estágios finais do declínio de um regime, quando as divisões internas se explicitam e as deserções se ampliam. No entanto, o regime teria perdido a capacidade de se reformar a si mesmo e estaria, se não condenado, certamente ameaçado de sofrer uma ruptura no médio prazo.

Escrito pelo cientista político Jairo Nicolau, “Os Quatro Fundamentos da Competição Política no Brasil (1994-2014)”, é a contribui-

ção brasileira a este número, prática inaugurada no anterior, com o artigo de Joaquim Falcão sobre o STF. O autor analisa o funcionamento do sistema político-partidário nesse período de vinte anos, marcado pela estabilidade democrática. Busca mostrar que ele se assentou em quatro pilares: consolidação do PT como partido central do sistema, polarização do PT com o PSDB nas eleições para a presidência, fragmentação partidária e doações privadas para o financiamento de campanhas eleitorais. Jairo conclui que os quatro pilares da estabilidade democrática dos últimos vinte anos estão profundamente abalados, o que cria a necessidade de reconstrução do sistema político-partidário no Brasil.

Como editores do *Journal of Democracy* em Português, além de boa leitura, desejamos que essa reconstrução nos leve a uma democracia melhor.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto  
*Diretores de Plataforma Democrática*

## **“Populismo de tradição” e a Frente Nacional da França\***

*Dominique Reynié*

*Dominique Reynié é professor da Sciences Po de Paris e presidente executivo da Fundação para a Inovação Política (fondapol.org). Entre seus livros mais recentes estão Populismes: La pente fatale [Populismo: o caminho perigoso] (2011), reeditado em 2013 como Les nouveaux populismes [Os novos populismos]. Em dezembro de 2015 disputou um assento na assembleia regional da Occitânia (então Languedoque-Rossilhão-Sul-Pireneus), no sul da França, pelo partido Os Republicanos.*

As democracias consolidadas vêm enfrentando uma grande reviravolta. Na Europa, em particular, o período a partir do final dos anos 1980 trouxe duas poderosas mudanças desestabilizadoras. A primeira é interna e diz respeito ao envelhecimento populacional e suas consequências, entre elas a crescente dificuldade em financiar o Estado de bem-estar social, a imigração e a recomposição étnica e cultural das sociedades, com o Islã emergindo como questão-chave. A segunda é externa e diz respeito à globalização econômica, tecnológica e cultural. Cada vez mais, a Europa vem percebendo que o controle sobre seu destino depende de fatores que estão além de suas fronteiras.

Como resultado dessas mudanças, um número cada vez maior de europeus vem percebendo uma erosão tanto do seu padrão de vida

\* Publicado originalmente como “ ‘Heritage Populism’ and France’s National Front’ ”, *Journal of Democracy*, Volume 27, Número 4, Outubro de 2016 © 2016 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press



quanto de seu estilo de vida. Por sua vez, os principais partidos da esquerda e da direita governaram — em sucessão ou em aliança — pelo último quarto de século sem oferecer soluções. Desiludidos, os eleitores se viram cada vez mais propensos a votar em partidos populistas. Estes últimos foram beneficiados pelo aumento da visibilidade de problemas que os principais partidos ignoraram ou pelos quais foram, de alguma forma, considerados culpados. Entre esses problemas está não apenas o grande fluxo migratório de refugiados em direção à Europa, mas também (em maior ou menor grau, dependendo do país) a corrupção, o desemprego e o terrorismo.

Uma nova forma de populismo emergiu à direita. Seus defensores destacam a proteção da tradição, seja em seu aspecto mais tangível (padrão de vida) ou intangível (estilo de vida). Esse “populismo de tradição” combina hostilidade em relação às elites com uma oposição à União Europeia, aos imigrantes e ao Islã.<sup>1</sup> Essa onda de populismo marca um distanciamento da história recente e está afetando não apenas a Europa como um todo, mas também os Estados Unidos. Lá pelos anos 1970 e 1980, elementos populistas do Partido Republicano dos Estados Unidos influenciaram o Partido do Progresso norueguês e a Frente Nacional (FN) francesa. Atualmente, o “trumpismo” parece constituir uma primeira manifestação americana de populismo, influenciado pela Europa globalizada. Com toda sua demagogia desenfreada, xenofobia, crítica à elite e discurso preconceituoso, o trumpismo é a versão americana do populismo de tradição.

Em ambos os lados do Atlântico, esse tipo de populismo reflete a consternação sentida pelas sociedades do mundo ocidental, que temem a perda de sua influência tanto econômica quanto cultural, na medida em que a globalização provoca uma redistribuição de poder. A FN é o exemplo francês desse novo tipo de populismo. Embora a FN não seja nova, tendo sido fundada em 1972, tem conquistado influência a partir de meados da década de 1980 e, especialmente, após 2012.

Atualmente, ninguém duvida da capacidade de sua líder, Marine Le Pen, de chegar ao segundo turno nas eleições presidenciais francesas em maio de 2017.

Os principais partidos da direita e da esquerda controlam a vida política na França desde o início da Quinta República, em 1958. Apesar de certos posicionamentos partidários, a centro-esquerda e a centro-direita promoveram um consenso implícito que sustentou a Quinta República (em especial a eleição popular do presidente), um Estado de bem-estar generoso, maior integração europeia e uma política externa atlanticista (embora em uma versão que suscitou críticas dos Estados Unidos). Desde 1958, todas as maiorias presidenciais e parlamentares apoiaram esse consenso. Durante a maior parte desse período, o principal grupo alheio a esse consenso era o Partido Comunista Francês (PCF) que, durante a Guerra Fria, era o mais poderoso (e também o mais abertamente stalinista) partido comunista do mundo ocidental. O PCF posicionou-se contra a política atlanticista e a integração europeia, mas foi perdendo visibilidade ao longo das décadas e, ao fim da Guerra Fria, praticamente desapareceu. A FN, que elegeu representantes na Assembleia Nacional francesa pela primeira vez em 1986, conquistando 35 cadeiras (de um total de 573 à época), é atualmente o principal partido “anticonsenso” na França.

### **Personalização e seus limites**

A Frente Nacional mudou significativamente desde sua fundação. No início, ela se deixava levar pelas circunstâncias e pela capacidade midiática de seu fundador, Jean-Marie Le Pen. Entretanto, logo chegou a um impasse e já não conseguia mais transformar seu potencial eleitoral em votos. O baixo desempenho eleitoral de Jean-Marie Le Pen nas eleições presidenciais de 2007 — ele obteve 10,4% dos votos, muito atrás dos dois principais candidatos — gerou dúvidas sobre o futuro da FN. No começo de 2011, sua filha Marine Le Pen assumiu a liderança do partido após uma eleição interna realizada via correio.

Foi mais do que simplesmente uma mudança de nomes: a FN passou a adotar uma abordagem mais sistemática e ambiciosa de formulação de políticas públicas, na esperança de que o atual clima de crise e o declínio dos principais partidos políticos da esquerda e da direita oferecessem um caminho para o poder.

Até o início dos anos 1980, a FN estava confinada ao obscuro universo paralelo da extrema-direita, recusando-se, mais ou menos explicitamente, a defender o legado da Revolução Francesa e dos direitos humanos. Em um primeiro momento, o partido tentou unificar vários grupos menores situados à margem do radicalismo ideológico. Essa estratégia foi bem-sucedida. A FN posicionou-se como o principal partido da extrema-direita, embora apenas após intensa disputa interna que chegou a envolver violência física. Desde o princípio, insegurança e imigração estavam no topo de sua agenda política. Ainda assim, o sucesso eleitoral mostrou-se difícil. Na eleição presidencial de 1974, Jean-Marie Le Pen não atingiu sequer 1% dos votos. A FN quase não conseguiu participar das eleições legislativas de 1978 e não disputou as eleições para o Parlamento Europeu de 1979 e, em 1981, Jean-Marie Le Pen não conseguiu se qualificar para disputar as eleições presidenciais francesas.

Em uma era marcada pelas consequências da Segunda Guerra Mundial, o fim do império colonial, o apoio à integração europeia e um desejo de democracia entre os franceses, os extremos do espectro político tinham dificuldade em se manterem relevantes. A extrema-direita tradicional viu-se marginalizada após o boom do pós-guerra, enquanto o PCF viu sua própria influência começar a diminuir muito antes do histórico colapso do comunismo em 1989.<sup>2</sup>

O clima mudou em 1981, quando o candidato do Partido Socialista (PS) François Mitterrand venceu a eleição presidencial e antecipou as eleições legislativas, resultando em uma maioria parlamentar de esquerda. Foi a primeira vez na história da Quinta República em que

a direita havia sido derrotada. Jean-Marie Le Pen enxergou nisso um momento propício para o retorno da “verdadeira” direita. Enquanto isso, a esquerda teve que enfrentar os desafios do cargo e as decepções e frustrações naturais para quem está “no comando”. A FN estava livre para criticar tanto o governo de esquerda quanto sua oposição moderada de direita. Nas eleições de 1984 para o Parlamento Europeu, a FN conquistou 11% dos votos — seu primeiro sucesso eleitoral.

O jogo político jogado pelos socialistas também beneficiou a FN. Por quase duas décadas após 1984, a esquerda francesa fez de Jean-Marie Le Pen seu aliado oculto. Atualmente é amplamente reconhecido que Mitterrand impôs à direita uma decisão impossível: fazer um pacto com a FN e se tornar instantaneamente motivo de vergonha ou perder as eleições. Mitterrand pediu aos executivos das transmissoras da rede pública para que concedessem mais tempo de televisão aos candidatos da Frente Nacional. O Partido Socialista criou e manipulou o movimento antirracista *SOS Racisme* (cujo primeiro presidente era o político socialista Harlem Désir) e também buscou tirar vantagem do tema do direito ao voto dos imigrantes: ao prometer repetidamente a concessão de tal direito àqueles que não possuem nacionalidade francesa, Mitterrand estava provocando uma forte reação negativa dos eleitores de direita e levando-os a votar na FN. Por fim, a poucos meses das eleições de 1986, o governo socialista introduziu um sistema de representação proporcional, ajudando a FN a dividir a direita na Assembleia Nacional.

Nenhum partido se beneficiou mais dessas manipulações do que a FN. Ela obteve sua primeira grande vitória nas eleições presidenciais de 1988, quando Jean-Marie Le Pen recebeu 4,3 milhões de votos, ou 14,4%. Sete anos mais tarde, ele recebeu 4,5 milhões de votos (15%).

A constante turbulência política e midiática em torno do velho Le Pen deu maior exposição à sua retórica, rendendo novos votos — inclusive do antigo eleitorado do Partido Comunista e do Partido Socia-

lista — aos candidatos da FN. A direita tradicional, por sua vez, ficou num beco sem saída. Em setembro de 1988, o escritório político da Reunião pela República (ou RPR, o partido gaullista da época) teve que anunciar a proibição de “quaisquer alianças locais ou nacional com a FN”. Esse passo era necessário para dispersar rumores de que o fundador da RPR, Jacques Chirac, que no início daquele ano havia sofrido sua segunda derrota seguida na disputa presidencial, estaria considerando uma aliança eleitoral com Le Pen.<sup>3</sup>

Por fim, Chirac acabou conquistando a presidência em 1995 e, em 1997, convocou eleições legislativas antecipadas. Diferentemente do que esperava Chirac, as eleições reconduziram a esquerda ao poder, que conquistou 55,4% das cadeiras da Assembleia Nacional, ainda que por meio de um processo que contou com a FN para dividir os votos mais à direita. A real proporção de votos obtida pela esquerda foi de cerca de 46%; o bônus no número de cadeiras obtidas deveu-se à presença de candidatos da FN (que havia conquistado quase 15% dos votos no primeiro turno) em disputas com três candidatos\* que predominaram no segundo turno. Em alguns casos, candidatos de esquerda só venceram de fato suas disputas com outros dois candidatos por uma estreita margem de votos graças à capacidade da FN de atrair para si os votos que iriam para a direita tradicional.

Nas eleições regionais de 1988, a FN novamente mostrou-se uma pedra no sapato da centro-direita. Em algumas regiões, candidatos de direita (embora não os da RPR) cederam à tentação de firmar alianças com a FN, apenas para desfazê-las posteriormente de maneira patética após intensas críticas. Mais tarde, no entanto — não sem certa ironia ou justiça poética — a própria esquerda acabou tornando-se vítima da “manobra de Mitterrand”. Isso aconteceu em 2002, quando Jean-Marie

---

\* Na França, disputam o segundo turno das eleições legislativas todos os candidatos que obtiverem no primeiro turno os votos de pelo menos 12,5% dos eleitores registrados — caso contrário, disputam apenas os dois candidatos mais votados. (N. T.)

Le Pen tirou o premiê socialista Lionel Jospin do segundo turno da disputa presidencial ao conquistar 16,9% dos votos no primeiro turno, contra os 16,2% de Jospin. Isso lançou o líder da FN numa disputa contra Chirac no segundo turno, deixando a esquerda completamente sem reação.

Jean-Marie Le Pen fez com que a FN crescesse por meio de aparições na mídia — sua especialidade era fazer alegações provocativas sobre as tragédias da Segunda Guerra Mundial —, mas sem alianças com outros partidos, isso não levava a nada. A FN estava atravessando um momento crítico. Alguns de seus membros demandavam uma aliança estratégica com a direita tradicional e uma facção do partido acabou se dividindo para tentar exatamente isso, o que acabou não dando frutos. Mas as eleições de 2002 evidenciaram o problema subjacente: embora Jean-Marie Le Pen tenha conseguido disputar o segundo turno das eleições presidenciais de maio de 2002, Chirac obteve uma vitória avassaladora: 82,2% contra 17,8% de Le Pen. Um mês depois, nas eleições legislativas, a FN recebeu apenas 11,3% dos votos, não conseguindo ocupar nenhuma cadeira no parlamento.

Em resumo, sob o comando de Jean-Marie Le Pen, a FN era um partido de protesto. Era capaz de fazer barulho, mas não dispunha de nenhum plano concreto para alcançar o poder. É impressionante que nem o partido nem seu líder tenham sido capazes perceber a guinada à direita das sociedades europeias ou as consequências de um novo clima influenciado pelo colapso do comunismo, a emergência da globalização e o envelhecimento das populações europeias tradicionais.<sup>4</sup> As altas taxas de aprovação que o ex-ministro do Interior de Chirac, Nicolas Sarkozy, vinha conquistando deveriam ter sinalizado a Jean-Marie Le Pen que sua retórica estava perdendo seu *frisson* de originalidade.

### **Entra em cena o populismo de tradição**

Como a Frente Nacional de certa forma era um reflexo da figura de seu líder, parecia provável que, após sua saída, ela caísse na

obscuridade. Muitos analistas acreditavam que seu fraco desempenho (10,4%) na disputa presidencial de 2007 marcava o início do fim. Em vez disso, a FN começou a passar por mudanças fundamentais com a eleição de sua nova líder, Marine Le Pen, em janeiro de 2011.

Embora o sobrenome em comum possa ter passado a falsa ideia de continuidade, não havia dúvidas de que o partido estava trilhando um novo caminho. A FN, como tantos outros partidos pela Europa, passou a adotar o populismo de tradição. Como observado anteriormente, esse novo tipo de populismo ancora-se em preocupações materiais e culturais suscitadas pela globalização econômica e pelo envelhecimento populacional. Sua principal marca é a inclinação a atribuir ao conceito intangível de “herança” um conjunto de valores, princípios e regras supostamente inerentes ao estilo de vida europeu, como liberdades individuais, igualdade de gênero e secularismo. Anteriormente, os populistas incitavam protestos em massa em oposição à democracia liberal. Hoje, eles se apresentam como defensores da liberdade, culpando a elite e os principais partidos por não defenderem os valores e as regras das sociedades liberais e por serem complacentes com a ascensão do multiculturalismo e com o islamismo — tendências que os populistas associam a políticas imigratórias irresponsáveis.

Na Europa, os partidos de extrema-direita se reinventaram como populistas da tradição nacional, demonstrando uma impressionante capacidade de apropriação do papel de defensores da sociedade liberal, o que lhes rendeu um aumento considerável do número de apoiadores e de influência. Esse movimento tem origem em 2002 nos Países Baixos, quando o político abertamente gay Pim Fortuyn, morto em 2002, chamou a atenção da mídia ao se apresentar como inimigo declarado da imigração, do Islã e do multiculturalismo em nome da liberdade e da tolerância, incluindo o respeito pela orientação sexual.

A hostilidade em relação ao Islã e aos imigrantes, um elemento central do pensamento político da extrema-direita, já não se baseia puramente em declarações racistas ou xenofóbicas, mas em uma apa-

rente preocupação com a defesa do secularismo, igualdade de gênero e liberdade de expressão e de imprensa. Os populistas alegam até mesmo defender jornalistas e intelectuais. A *fatwa* iraniana condenando Salman Rushdie à morte pelo livro *Versos satânicos* e a polêmica em 2005-2006 em torno da publicação de charges de Maomé em um jornal dinamarquês ajudaram a causa populista. Esse é um tema comum a muitos movimentos políticos europeus que se opõem à imigração.

Quando Marine Le Pen comparou o Islã a uma “ocupação”, em dezembro de 2010, ela foi instantaneamente criticada — possivelmente por ter incluído uma referência à Segunda Guerra Mundial — por estar seguindo a retórica de seu pai. Na verdade, tratava-se de um rompimento. Ela havia se tornado a primeira representante da FN a estigmatizar um adversário comparando-o à figura imoral de um “fascista” ou “nazista”. Assim como a escritora iconoclasta italiana Oriana Fallaci, Marine Le Pen vê nos imigrantes uma nova forma de fascismo. Ela afirma se opor a forças antifrancesas à maneira de Joana d’Arc, o símbolo predileto da extrema-direita francesa há mais de um século, mas também à maneira da Resistência francesa durante a Segunda Guerra Mundial (não exatamente um exemplo que a extrema-direita costumava citar até então).

O populismo de tradição já pode ser encontrado no norte da Europa bem como na Áustria, Grécia, Itália e Suíça. A França também caminha nesse sentido. Se os partidos que costumavam ser vistos como de extrema-direita começarem a condenar a imigração em nome da defesa da democracia liberal, ficará mais difícil convencer os eleitores a não os apoiar. As dificuldades enfrentadas pelos partidos governistas na gestão da crise financeira contribuíram para o aumento do apelo do populismo de tradição enquanto alternativa. O populismo de tradição tem o potencial de atrair uma base eleitoral bastante ampla. Muitos eleitores da classe média e da classe trabalhadora se preocupam bastante com a queda no padrão de vida e com a ameaça a seu estilo de vida.



Oficialmente, a FN afastou-se da extrema-direita reacionária, antissemita, dogmática e quase fascista. Os sonhos de uma revanche ideológica foram abandonados. O tempo passou e esses conflitos perderam seu sentido. Alguns chamam isso de uma estratégia para “desintoxicar” o partido, alegando que a FN está simplesmente tentando esconder sua verdadeira agenda antirrepublicana. Seria mais preciso, entretanto, chamar as mudanças internas da FN de formalizações de uma nova imagem acompanhadas de uma nova estratégia.

### **Uma agenda étnico-socialista**

Marine Le Pen lançou sua campanha presidencial de 2012 no dia 11 de setembro de 2011 em Nice, com um discurso que simbolizava essa mudança.<sup>5</sup> Ela tirou proveito do fim do PCF e do abismo que o Partido Socialista havia permitido que se abrisse entre ele e seus eleitores da classe trabalhadora para fazer avançar uma agenda que era uma mistura de socialismo com nacionalismo. Ela prometeu defender a essência da identidade social francesa e “nosso modelo social, nossos serviços públicos e nossas aposentadorias”. Ela acusou a política imigratória de servir aos empregadores ao “pressionar os salários para baixo à custa dos trabalhadores”.

Essas palavras poderiam ter sido ditas pelos líderes da extrema-esquerda. Enquanto a direita tradicional culpava os desempregados por não se empenharem na procura de empregos, Marine Le Pen afirmava que a baixa procura por empregos era uma prova dos baixos níveis salariais. Usando uma fórmula bem-sucedida desenvolvida pelos novos partidos populistas da Europa, ela se apropriou do socialismo étnico. Seu pai havia criticado o Estado de bem-estar social em nome da demanda de comerciantes e microempresários por menos impostos. Ela aceitou a popularidade do Estado de bem-estar social, mas queria garantir que apenas os franceses pudessem se beneficiar dele. “A solidariedade nacional é para quem pertence à nação!” é a nova versão do velho slogan da extrema-direita: “França para os franceses!”. Os

imigrantes, afirmou ela em Nice, “devem cuidar de si próprios”. E acrescentou: “o povo francês deveria ter prioridade sobre os poucos empregos disponíveis”. Ela culpou a União Europeia, as fraudes em programas assistenciais, os imigrantes, os incentivos fiscais e a des-centralização pelo atual nível de endividamento público do Estado francês.

Os inimigos por ela elencados são a globalização, as autoridades transnacionais inacessíveis e forças incontroláveis que derrubam a fronteira entre o mundo interno e o externo. Ela criticou o “monstro tecnocrático de três cabeças” formado pelo FMI, a União Europeia e o Banco Central Europeu. Os bancos e os mercados são “os novos senhores”, reclamou ela. “Imigração em massa” é “financiada pelos contribuintes”, ao passo que a “assimilação cultural é impossível”, uma vez que “as culturas são muito díspares” e essas diferenças dão margem a “sociedades multiculturais, que também são sociedades muito conflituosas”.

Ela criticou o declínio do secularismo, que atribuiu exclusivamente à influência do Islã, citando rezas muçulmanas em espaços públicos, à construção de mesquitas e às atividades do Conselho Francês para a Fé Muçulmana, e até mesmo à ampla disponibilidade de produtos *halal*. Chamou para si a tarefa de “defender nossa cultura, identidade, valores e a república”. Prometeu protecionismo e reindustrialização sob o comando de um “Estado forte” e prometeu “administrar as finanças públicas com mão de ferro”.<sup>6</sup>

Esse discurso ilustra bem a mudança para o populismo de tradição, que se dirige tanto aos eleitores da classe trabalhadora quanto aos da classe média; tanto àqueles que trabalham em pequenos negócios quanto a seus proprietários; e aos trabalhadores tanto do setor público quanto do privado. A mensagem é, ao mesmo tempo, social e nacional, dirigida aos eleitores tanto de esquerda quanto da direita. Ela reflete queixas contra a UE (e sua moeda comum), os bancos, os poderosos, a imigração, o Islã e até mesmo contra as diferenças salariais. O bloco

do “não” do referendo francês de 2005 que rejeitou a ratificação do texto da Constituição Europeia usou argumentos similares e venceu, mas à época a FN passava por um momento de gestão de crise (entre outras coisas, seus líderes estavam ocupados tentando evitar a falência iminente).<sup>7</sup> O discurso de 2011 de Marine Le Pen era mais ambicioso. A terceira encarnação da FN, cujo programa ela esboçou, visa alcançar o poder fazendo aliança com a direita francesa. O objetivo é conquistar maiorias locais e regionais e talvez até mesmo compartilhar o poder no nível nacional.

Esse é o plano por trás da conversão da FN ao populismo de tradição. Em meio a uma crise histórica nas finanças públicas da França, com um déficit orçamentário nacional imenso e estrutural ameaçando a sustentabilidade financeira do Estado de bem-estar social e gerando inúmeras advertências por parte da UE, é preciso levar em conta o potencial eleitoral de um partido que é altamente crítico à imigração, à insegurança, ao Islã e à dívida pública, ao mesmo tempo em que censura os banqueiros, os ricos, a globalização, a Europa e o euro, e que, além disso, agora se apresenta como o grande defensor do Estado de bem-estar social e do modelo social francês.

A FN prevê alcançar resultados eleitorais similares àqueles obtidos pelo Partido do Progresso na Noruega, pelo Partido da Liberdade nos Países Baixos e pelo Partido dos Finlandeses (antes Autênticos Finlandeses) na Finlândia, todos os quais receberam 20% ou mais dos votos. Um resultado como o obtido pelo Partido Popular Suíço ou pelo Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ) — chegando ou mesmo ultrapassando a marca dos 30% — seria ainda melhor. As condições parecem ser favoráveis à FN: os principais partidos encontram-se em descrédito e declínio diante de problemas econômicos e financeiros, da crise dos refugiados, da ascensão do islamismo militante e da onda de ataques terroristas que varreu a França em 2015 e 2016.

A Europa como um todo parece estar caminhando nessa direção. As eleições presidenciais de 2016 na Áustria, que o FPÖ quase venceu

após uma disputa tão acirrada que a Justiça determinou a realização de nova votação em segundo turno, pode ser um prenúncio. Assim como o “brexit”. Os populistas xenofóbicos e antieuropeus estão conquistando terreno e estão prestes a assumir o poder.

Na França, Jean-Marie Le Pen recebeu 17,7% dos votos no segundo turno das eleições presidenciais de 2002 com políticas menos focadas nas questões sociais e com um clima econômico muito mais favorável aos principais partidos. Uma década depois, sua filha obteve um desempenho ainda melhor, com 17,9% no primeiro turno das eleições de abril de 2012. O desempenho eleitoral da FN desde então não dá sinais de arrefecimento. Nas eleições de junho de 2014 para o Parlamento Europeu, nenhum partido saiu-se melhor do que a FN, que recebeu quase um quarto dos votos.

No primeiro turno das eleições departamentais de março de 2015, a FN novamente mostrou seu dinamismo eleitoral, obtendo 25,2% dos votos, quase o dobro da votação recebida pelo Partido Socialista (13%). E, nas eleições regionais de dezembro de 2015 — realizadas um mês após os ataques terroristas em Paris — a FN alcançou sua maior votação histórica, 27,7%, terminando à frente tanto da coalizão de direita (26,6%) quanto da aliança liderada pelo Partido Socialista (23,1%).

## **Presidenta Le Pen?**

Desde 1983, os ganhos da FN se deram à custa dos principais partidos. As eleições regionais de dezembro de 2015 mostraram isso com bastante clareza. A FN conseguiu capturar os votos dos eleitores de direita e de esquerda, desiludidos com o comportamento de seus partidos no poder. Algo similar — chamemos isso de desilusão de 360° — havia acontecido em 2002, quando Jean-Marie Le Pen venceu Jospin no primeiro turno das eleições presidenciais.

Em maio de 2017, Marine Le Pen muito provavelmente chegará ao segundo turno. Se isso acontecer, será sem sombra de dúvidas

uma demonstração de que os partidos tradicionais já não controlam a vida política na França. No segundo turno, como em 2002, o objetivo primordial de seus adversários será negar a presidência a Le Pen. Portanto, os eleitores de esquerda se sentirão obrigados a votar em um candidato de direita (Sarkozy, talvez) como a única alternativa a Le Pen, ao passo que os eleitores de direita (caso Marine Le Pen enfrente um candidato de esquerda) seriam levados a seguir a mesma lógica “qualquer um menos Le Pen” e votar em um candidato de esquerda. Em ambos os casos, o resultado é que o presidente francês não terá recebido um mandato claro para governar, mas eleito apenas para impedir que Marine Le Pen e a FN alcançassem o mais alto posto da nação. Um plano concreto de reforma estará fora de questão. A única ordem do dia será evitar uma crise sistêmica no coração das principais instituições políticas da Quinta República.

Por sua vez, Marine Le Pen espera ser a principal beneficiária dos sucessivos fracassos da direita, que perdeu para François Hollande e os socialistas em 2012, e dos da esquerda, que atualmente enfrenta uma oposição maior do que em qualquer outro período desde 1958. Se ela não tiver um bom desempenho eleitoral, poderá haver um novo debate intrapartidário sobre o futuro da FN. As opções serão retornar ao modelo de Jean-Marie Le Pen de um partido antissistema sem aspirações de governar ou buscar uma coalizão eleitoral com a direita sem precedentes, que poderia levá-la a dividir o poder, mas também poderia desapontar eleitores e conduzir a um lento desaparecimento ao estilo do Partido Comunista Francês.

A principal barreira a uma aliança com a direita são os planos da FN de organizar um referendo sobre a saída da UE e da moeda comum. Se a FN abandonar sua posição antieuropeia, arriscará perder uma parte vital de sua identidade e de seu eleitorado, mas também prepararia o caminho para que pudesse assumir um papel no governo. Tal aliança seria bastante arriscada para a direita tradicional, que enfrentaria grande resistência por parte da opinião pública. Muitos de seus eleitores e

até de seus representantes eleitos nunca aceitariam tal cooperação com a FN. À direita, aqueles mais a favor da Europa, da economia de mercado, da descentralização do poder, dos direitos civis, da tolerância e da moderação no debate público rejeitariam prontamente tal coalizão.

Ninguém é capaz de prever como a sociedade francesa, a Europa e o mundo poderiam reagir caso Marine Le Pen chegue à presidência em 2017. A França possui 5,3 milhões de servidores públicos — quase 8% de sua população — e a maioria é de esquerda. Haveria greves e grandes protestos. Sindicatos poderiam suspender ou limitar o acesso aos transportes públicos (incluindo os aeroportos) e até mesmo a geração de energia. A imprensa, a academia e a *intelligentsia* entrariam em um estado de protesto permanente. Áreas que abrigam inúmeros imigrantes ou filhos de imigrantes possivelmente estariam em ponto de bala, prestes a se insurgir. A segurança pública se tornaria uma questão particularmente sensível: em 2015, mais de metade (51,5%) de todos os policiais e militares da ativa (incluindo membros da Gendarmaria Nacional) que participaram das eleições votaram na FN.<sup>8</sup>

Na esteira da crise grega, do “brexit”, das eleições presidenciais austríacas de 2016 e da possivelmente ampla crise financeira na Itália, a eleição de uma presidenta populista na França abalaria profundamente a Europa e a UE. Contudo, o sistema eleitoral sob o qual as eleições legislativas de junho de 2017 serão realizadas dificulta enormemente que a FN consiga obter a maioria na Assembleia Nacional. Na França, o ocupante da Presidência precisa dessa maioria para exercer boa parte dos poderes do posto. O resultado mais provável da eleição de Marine Le Pen, portanto, seria não uma ditadura, mas o caos. Ainda assim, ditadores podem emergir do caos.

A FN prometeu trazer de volta o franco francês e tirar a França da União Europeia. Com sua posição estatista, centralista, antiamericana, antieuropeia e pró-Rússia, a FN é assustadoramente similar ao PCF. No entanto, os comunistas declinaram continuamente após seu

ápice no pós-guerra, enquanto a esfera de influência da FN só vem crescendo.

A possibilidade de haver um presidente da FN tem origem na natureza singular do sistema político francês. A França é a única democracia consolidada cujo chefe de Estado detém poderes consideráveis ao mesmo tempo em que é diretamente eleito pelo povo (o presidente americano é escolhido via colégio eleitoral, não por eleições diretas). A França, em outras palavras, possui o sistema eleitoral mais convidativo para populistas. Um sistema parlamentar dificultaria a formação de maioria pela FN a despeito de sua popularidade nas urnas. Diante do atual clima de crise econômica e social, as eleições presidenciais francesas estão se mostrando um ambiente propício ao voto de protesto tal como foram o referendo do “brexit” e, uma década antes, o referendo francês de 2005, que rejeitou a Constituição Europeia.

Em tempos de crise, uma eleição presidencial francesa é tão perigosa quanto um referendo. Diferentemente do referendo britânico, que era opcional, as eleições presidenciais francesas são uma obrigação constitucional. Embora os britânicos, considerados pragmáticos, tenham optado desta vez por brincar de roleta-russa, os franceses, supostamente racionais, praticam essa brincadeira a cada cinco anos. As consequências em 2017 podem ser nefastas tanto para a França quanto para a Europa.

## Notas

1. Dominique Reynié, *Les nouveaux populismes*. Paris: Fayard, 2013.
2. Ver Dominique Andolfatto, “Effondrement soviétique et déclin du Parti communiste français”. In: Stéphane Courtois (Org.), *Sortir du communisme: Changer d'époque* (Paris: Presses Universitaires de France, 2011), pp. 617-36.
3. Citado em Pascal Perrineau, *Dictionnaire historique de la vie politique française au XX<sup>e</sup> siècle* (Paris: Presses Universitaires de France, 2003), p. 501.
4. Uwes Backes; Patrick Moreau (Org.), *The Extreme Right in Europe: Current*

*Trends and Perspectives* (Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 2012); Robert Ford; Matthew Goodwin, *Revolt on the Right: Explaining Support for the Radical Right in Britain* (Abingdon, Reino Unido: Routledge, 2014); Marco Tarchi, *Italia populista dal qualunquismo a Beppe Grillo*, 2ª ed. (Bologna: Il Mulino, 2013); Gabriel Goodliffe, *The Resurgence of the Radical Right in France: From Boulangisme to the Front National* (Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2012).

5. Para um vídeo do discurso, ver <[www.frontnational.com/videos/11-septembre-acropolis-nice-%E2%80%93discours-de-marine-le-pen-videos](http://www.frontnational.com/videos/11-septembre-acropolis-nice-%E2%80%93discours-de-marine-le-pen-videos)>.

6. Todas as citações são do discurso de Marine Le Pen de 11 de setembro de 2011 em Nice.

7. Dominique Reynié, *Le Vertige social-national: La gauche du non*. Paris: Éditions de La Table Ronde, 2005.

8. Esse dado é de Luc Rouban, “Les fonctionnaires et le Front national”. Centro de Pesquisas Políticas (CEVIPOF), Sciences Po, dez. 2015. Nota 3, rodada 1, slide 3. Disponível em: <[www.enef.fr/les-notes](http://www.enef.fr/les-notes)>.



*Plataforma Democrática* ([www.plataformademocratica.org](http://www.plataformademocratica.org)) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

**As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:**

**Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

**Meios de comunicação e Democracia:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

**Sociedade civil e democracia:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

**Bibliotecas virtuais:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

**Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>